

Defesas serão mais breves na CPI

BRASÍLIA — Mais ataque e menos defesa. Os próximos depoimentos da CPI do Orçamento terão novas regras para evitar o desgaste dos integrantes da comissão e impedir que os principais acusados consigam escapar dos interrogatórios. Ainda escalados pelos efeitos do depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que gastou três horas só na sua defesa e acabou dirigindo seus interrogadores, os integrantes da CPI limitaram para uma hora, no máximo, o tempo para apresentação de defesa.

A partir de agora, não será mais necessário quorum para os depoimentos: se o presidente e o relator estiverem presentes, o interrogatório poderá começar.

Durante o depoimento, também não será necessário quorum. A idéia é permitir que as subcomissões trabalhem enquanto os depoimentos são feitos. Semana passada, parlamentares reclamaram de assistir aos longos depoimentos (o de Fiúza teve 12 horas) por causa do quorum.

Para os parlamentares, Marinalva Moreira, ex-mulher do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), deveria ter sido ouvida, por exemplo, apenas numa das subcomissões:

— Meu trabalho teria sido muito mais útil se tivesse ficado na subcomissão em vez de participar desse depoimento — reclamou o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).